

RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.368 - RS (2016/0071881-3)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : VSV REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO : PEDRO RONALDO GOULART RIBEIRO - RS030920
RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PROCURADOR : KARINE VOLPATO GALVANI - RS057824B

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por VSV REPRESENTAÇÕES LTDA com fundamento no art. 105, inciso III, "a" da CFRB, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. CONTRATOS BANCÁRIOS. DÉBITOS ORIUNDOS DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PERMISSÃO DE SERVIÇOS LOTÉRICOS E DE CORRESPONDENTE BANCÁRIO. LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS. TABELA PRICE. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS.

- O Supremo Tribunal Federal decidiu pela impossibilidade de autoaplicação do art. 192, § 3º, da Constituição Federal, ficando sua efetividade condicionada à legislação infraconstitucional relativa ao Sistema Financeiro Nacional, especialmente à Lei n.º 4.595/64, cujo art. 4º, inciso IX, atribui ao Conselho Monetário Nacional competência para limitar a taxa de juros e quaisquer outras remunerações de operações e serviços bancários ou financeiros, afastando, portanto, a incidência do Dec. nº 22.626/33. - Não se aplica a limitação de juros remuneratórios de 12% a.a., prevista na Lei de Usura, ou até mesmo a variação da taxa SELIC, aos contratos bancários não normatizados em leis especiais, sequer considerada excessivamente onerosa a taxa média do mercado.

- É permitida a capitalização mensal de juros nos contratos bancários firmados após a edição da MP nº 2.170/2001, desde que expressamente pactuada. No caso, de uma análise acurada dos termos contratuais, verifica-se que não foi prevista de forma clara e expressa a cobrança de juros capitalizados mensalmente, de modo que é permitida apenas a capitalização anual de juros.

- A aplicação da Tabela Price, de forma pura, não gera, por si só, a capitalização de juros, não se evidenciando qualquer ilegalidade ou abusividade na sua adoção.

- À míngua de demonstração de ilicitude na atuação da CEF, sobretudo porque amparada no contrato pactuado, não resta caracterizada a própria conduta lesiva, sendo impossível, via de

consequência, a responsabilização por dano moral.." (e-STJ fl. 3890)

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fl.3911/3914)

Nas razões do recurso especial, o recorrente alega ofensa ao art. 155, 332, 358, 359, 458, 535, II, do CPC/73, arts. 186, 421 e 422 do CC, alegando, em síntese, que: 1) houve negativa de prestação jurisdicional quanto à alegação de que, tendo a recorrida deixado de juntar os documentos requisitados, era imprescindível tomar como verdadeiros os fatos que se pretendia provar e que restaram prejudicados por essa conduta; 2) a não apresentação dos contratos inviabilizou a apuração da taxa de juros pactuada para a conta corrente e o cheque especial; 3) não há como afastar a declaração de nulidade dos contratos firmados entre as partes, pois se tratam de instrumentos de adesão, prévia e exclusivamente elaborados pela CEF, para dar guarida às exigências ilegais apontadas na exordial; 5) os danos morais que ensejam a indenização por danos morais pleiteada decorrem do comportamento ilícito da recorrida, que ultrapassou os limites do exercício regular de sua atividade, agindo culposamente e causando diversos danos para a imagem da recorrente e sofrimento diário aos integrantes da empresa familiar, o que gera o dever de indenizar.

Não houve apresentação de contrarrazões.

É o relatório. Decido.

A irresignação da recorrente merecer prosperar.

Da leitura dos argumentos contidos no acórdão, verifica-se que, o Tribunal *a quo*, diante da alegação de nulidade da sentença por não ter sido apreciado o pedido de aplicação da pena de confissão, por não ter a CEF juntado os contratos de abertura da conta-corrente e do cheque especial, bem como os extratos de diversos períodos que haveriam de ser examinados pela perícia realizada, assim se manifestou:

"Tenho que a preliminar de nulidade da sentença se confunde, em verdade, com tópicos de mérito da presente lide, à medida que se insurge a parte autora contra a solução dada ao caso pelo magistrado singular em cotejo com as provas disponíveis nos autos, o que se analisará em momento oportuno.

Rejeito, assim, a liminar de nulidade da sentença." (e-STJ fl. 3881)

Diante de tal situação, o recorrente opôs embargos de declaração

objetivando o pronunciamento da Corte de origem sobre o alcance da coisa julgada a ser formada com a presente demanda, uma vez que não foram analisados pela perícia que fundamenta o acórdão os contratos cujos instrumentos não foram juntados aos autos pela CEF, o que, segundo a recorrente, impõe a aplicação da pena de confissão.

Contudo, ao responder aos embargos, o acórdão recorrido limitou-se a afirmar que *"pela fundamentação invocada na decisão, não se verifica a ocorrência de qualquer uma das hipóteses ensejadoras do recurso em apelo, pois a decisão está devidamente fundamentada, com a apreciação dos pontos relevantes e controvertidos da demanda."* (e-STJ fl. 3911)

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano, mormente em razão da impossibilidade de incursão no acervo fático-probatório dos autos e de interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

Ademais, o conhecimento do recurso especial exige a manifestação da instância ordinária acerca da questão de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre o tema federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente. Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO ACORDO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA DE FALÊNCIA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. COMPETÊNCIA. JUÍZO DE FALÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. TEMA RELEVANTE. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO. OMISSÃO CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. Cabe ao Juízo especializado e universal da Vara de Falências a homologação judicial de acordo firmado entre o falido e um dos credores, assim como a extinção do processo falimentar, tendo em vista a impossibilidade de esta Corte Superior avaliar todas as consequências na esfera jurídica dos demais credores da massa falida.

2. Porque não homologado o acordo por esta Corte Superior, permanece o interesse recursal no julgamento do agravo interno

interposto contra a decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial.

3. Deixando a Corte local de se manifestar sobre questão relevante apontada em embargos de declaração, a qual, em tese, poderia infirmar a conclusão adotada pelo Juízo, tem-se por configurada a violação do art. 535 do CPC/1973, devendo ser provido o recurso especial, com determinação de retorno dos autos à origem, para que seja suprido o vício.

4. Agravo interno de fls. 746/750 (e-STJ) a que se dá parcial provimento apenas para conhecer do agravo interno de fls. 720/733 (e-STJ), ao qual se dá provimento para anular o acórdão dos embargos de declaração, a fim de determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que supra a omissão apontada.

(AgInt Acordo no AgInt no AREsp 820.016/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INIBITÓRIA CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. USO NÃO AUTORIZADO DA MARCA "RÁDIO TUPI". RECURSO ESPECIAL FUNDADO EM OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. OMISSÃO CONFIGURADA. NULIDADE DO ACÓRDÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Havendo omissão relevante no acórdão proferido pela Corte de origem quanto às alegações de prescrição da pretensão autoral e de caducidade do registro da marca, é devido o acolhimento da dita ofensa ao art. 535 do CPC de 1973, anulando-se o acórdão proferido em sede de embargos de declaração, a fim de que, em novo julgamento, seja sanado o vício verificado.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 842.021/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 15/03/2019)

Dessa forma, está caracterizada a alegada ofensa ao art. 535 do CPC/73, em razão da omissão da colenda Corte de origem em examinar a questão suscitada.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, para determinar o retorno dos autos à Corte de origem para que se pronuncie sobre o ponto omissivo, nos termos da fundamentação acima.

Ficam prejudicados os demais temas suscitados no recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator